GOVERNO LULA

Primeira mulher a assumir o 2º posto mais importante do MRE, Maria Laura da Rocha anuncia o retorno à linha diplomática brasileira, mas com participação de novos atores

Foco do Itamaraty será retomada e diversidade

» LUANA PATRIOLINO

A embaixadora Maria Laura da Rocha tomou posse, ontem, no posto de secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores e, pela primeira vez, uma mulher torna-se a número dois na linha de comando do Itamaraty. A cerimônia de transmissão foi marcada pelo discurso sobre a necessidade de diversidade na diplomacia brasileira e de resgate da política externa pela qual o país sempre foi reconhecido e respeitado.

Maria Laura salientou, na posse, a representatividade feminina na carreira, além de outros segmentos da sociedade. "Essa designação, tenho certeza, possui um sentido especial não só para mim, mas também para muitas mulheres, que, como eu, têm uma carreira de dedicação à Casa de Rio Branco e ao Brasil", salientou.

Ela ressaltou a necessidade de recuperar as relações diplomáticas do país, com foco no desenvolvimento e na harmonia institucional. "Será, antes de tudo, uma política que busca reinserir o Brasil em sua região e no mundo. E retomar o protagonismo, na medida certa que nos cabe, em tantos temas em que o Brasil tem condições de aportar uma contribuição reconhecida e esperada por seus parceiros", afirmou, traçando uma linha demarcatória entre o que será o MRE daqui para frente e o que foi no governo Bolsonaro.

"O Brasil terá de reconstruir pontes com países e grandes foros de debate, a começar pela sua própria região sul-americana, e na América Latina e Caribe, além de colocar em marcha uma nova dinâmica no relacionamento com a África, com a Ásia e com parceiros prioritários como a Europa, os Estados Unidos, a China e os demais membros do BRICS", ressaltou.

Protagonismo

Um ponto de destaque na solenidade de posse foi o resgate de políticas públicas e parcerias internacionais em relação à pauta da sustentabilidade e recuperação das florestas. Maria Laura destacou que o país deve voltar a investir no setor e respeitar tratados com outras nações — já alinhando o Itamaraty à transversalidade proposta pela ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática.

"A diplomacia brasileira voltará a refletir a posição do Brasil como grande país em desenvolvimento detentor da maior floresta tropical do mundo, buscando contribuir para as metas do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima como parte de uma estratégia de desenvolvimento que garanta renda, empregos de qualidade e melhores condições de vida para seu povo, inclusive os mais de 27 milhões de brasileiros que vivem na região amazônica", observou.

Ela destacou a própria experiência no tema e elencou outras demandas que terão atenção no MRE. "O Brasil pode e deve voltar a ser uma voz a favor de soluções negociadas, da reforma democrática de organismos internacionais, a começar pelo Conselho de Segurança da ONU, e de uma ordem internacional baseada no direito, como desde o Barão do Rio Branco tem sido parte de nossa identidade diplomática", afirmou.

A secretária-geral do Itamaraty é auxiliar direta do ministro Mauro Vieira, encarregado de conduzir a política externa a partir das instruções e diretrizes da Presidência da República. Também ficará a cargo de Maria Laura a ascendência sobre o quadro de funcionários no Brasil e no exterior.

Pedro França/Agência Senado



Maria Laura deixou claro, ao assumir o segundo posto em importância no Itamaraty, que a diplomacia brasileira dará uma guinada de 180°

Chanceler reforça a inclusão no MRE

O chanceler Mauro Vieira fez, na posse de Maria Laura da Rocha na Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, uma defesa enfática da importância da inclusão social na carreira diplomática. Isso porque, de acordo com os últimos dados do MRE, de abril de 2022, o quadro de 1.540 diplomatas era formado por 356 mulheres (23%) e 1.184 homens. Como embaixadoras do Brasil, elas ocupam apenas 34 postos ao redor do mundo.

Para o ministro, é de suma importância a nomeação de mais mulheres, negros, indígenas e a população LGBTQIA+ na carreira. "A diversidade não pode ser entendida apenas de forma instrumental. Por um lado, é inegável que um corpo de funcionários diverso e inclusivo aumenta a excelência do trabalho diplomático, uma vez que enriquece sua capacidade de análise e de atuação, e fortalece seu vínculo com a população que representa", ressaltou.

O chanceler salientou, ainda, que a diplomacia não pode se entendida somente como o principal canal de relacionamento entre as nações. "Resta óbvio que a maior presença de colegas negras e negros, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e pessoas oriundas de distintas regiões do Brasil, constitui o alicerce maciço sobre o qual se assenta a própria democracia", disse.

Segundo o ministro, esse ponto deve ser considerado um "novo capítulo" das lideranças no MRE. "Mais que ponto de chegada, contudo, convido a todos a viverem esta data como um ponto de partida na construção de uma nova tradição no Itamaraty, essa bicentenária instituição na qual tradições são tão importantes: a construção de um novo capítulo na galeria de retratos de suas lideranças, na qual o conjunto do povo brasileiro possa se reconhecer cada vez mais", observou Vieira. **(LP)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Alckmin e Marina completam Esplanada

O vice-presidente Geraldo Alckmin, no Desenvolvimento, Indústria, Comércio e serviços, e a deputada Marina Silva, no Meio Ambiente, protagonizaram, ontem, as cerimônias de posse mais concorridas da Esplanada, com discursos que apontam para duas prioridades, entre outras: a reindustrialização do país, que perdeu complexidade industrial, e o combate ao desmatamento, um verdadeiro ovo de Colombo do ponto de vista ambiental. Os dois setores estão entre os mais prejudicados pela política econômica do governo Bolsonaro.

Ao lado do presidente Lula, Alckmin fez um longo discurso sobre a situação da estrutura produtiva do país e destacou que "a reindustrialização é essencial para que possa ser retomado o desenvolvimento sustentável e que essa retomada ocorra sob o único prisma que a legitima: o da justiça social". Para Alckmin, a recriação do ministério foi necessária para "reconstruir o país e retomar o caminho do desenvolvimento". A novidade na proposta de Alckmin, porém, é compatibilizar a retomada industrial com a economia verde, para que o Brasil possa ser um "grande protagonista do processo de descarbonização da economia global" e possa integrar às cadeias globais de valor com investimentos em inovação e novas tecnologias nas áreas onde pode ter competitividade.

Embora o discurso não agrade setores liberais, que veem a política industrial uma forma indevida de intervenção do Estado na economia, Alckmin tem razão quando afirma que o Brasil não pode prescindir da sua indústria se tiver ambições de alavancar o crescimento econômico e se desenvolver socialmente. "Ou o país retoma a agenda do desenvolvimento industrial, ou não recuperará o caminho de crescimento sustentável, gerador de empregos", disse.

O papel de Alckmin será decisivo, também, do ponto de vista político, porque o vice-presidente da República sempre teve boas relações com o empresariado, principalmente paulista. De certa forma, seu discurso buscou um ponto de equilíbrio entre a política econômica do governo e o mercado.

Há muita especulação no mercado financeiro em relação à política econômica do governo Lula e ao desalinhamento entre os ministros, que gera mais confusão, como as declarações desastradas do ministro da Previdência, Carlos Lupi, sobre a reforma da Previdência. Alckmin será uma peça-chave na articulação da equipe econômica do governo Lula, que inclui Simone Tebet, no Planejamento, e Carlos Fávaro (PR), na Agricultura, ao atuar como algodão entre os cristais, para que a política a ser adotada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha complementariedade nas demais pastas.

Desmatamento

Outra estrela a tomar posse foi Marina, que assumiu o Ministério do Meio Ambiente com o propósito de alcançar o desmatamento zero. O impacto que isso pode ter no plano internacional é formidável, porque reduz fortemente a taxa de aquecimento global. É um verdadeiro ovo de Colombo.

Há razões para otimismo. Com exceção dos últimos quatro anos, nenhum outro país reduziu tanto suas emissões de carbono como o Brasil. Nosso diferencial é a soberania sobre 60% da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. Cerca de 44% de nossas emissões de gases de efeito estufa decorrem da mudança de uso da terra, ou seja, o desmatamento, principalmente na Região Amazônica.

É muito mais fácil e barato — portanto, mais eficiente — combater o desmatamento do que alterar a toque de caixa os sistemas de energia, de transporte, de padrão construtivo, de produção de alimentos, embora isso deva ocorrer. O Brasil tem expertise para isso: entre 2004 e 2012, reduziu o desmatamento na Amazônia em 84% e, consequentemente, suas emissões em 67%. A mudança de rumo no ministério, se houver cooperação e coordenação interdisciplinar com outras pastas, como anunciou Marina, pode perfeitamente tornar irrisório o desmatamento e encontrar outras formas de atender às necessidades de 38 milhões de brasileiros na Amazônia, cerca de 12% da população, em condições em geral precárias, que desejam e merecem uma vida mais próspera.

Não adianta isolar e tratar a floresta como um parque intocado. É inviável politicamente e ineficaz. A chave é combinar controle ambiental com repressão às ilegalidades e iniciativas que tornem a floresta em pé mais valiosa para a população local do que sua derrubada, como propôs Marina. Com o governo Lula, tendo Marina à frente da pasta, abre-se a possibilidade de uma nova economia da floresta, gerando produtos e tecnologia. O potencial de descobertas farmacológicas e químicas a partir da biodiversidade também é enorme e pode substituir a pecuária de baixa produtividade e o garimpo ilegal.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, no Desenvolvimento, Indústria, Comércio e serviços, e a deputada Marina Silva, no Meio Ambiente, protagonizaram ontem as cerimônias de posse mais concorridas da Esplanada, com discursos que apontam para duas prioridades, entre outras: a reindustrialização do país, que perdeu complexidade industrial, e o combate ao desmatamento, um verdadeiro ovo de Colombo do ponto de vista ambiental. Os dois setores estão entre os mais prejudicados pela política econômica do governo Bolsonaro.

